



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 26ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 22.04.2015

Aos 22 dias do mês de abril de 2015, compareceu à sede da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001211-16.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza pela Juíza Substituta Daniela Meister Pereira, pelo Diretor de Secretaria Rômulo Esmerio de Araújo e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994

Data da última correição realizada: 16.06.2014

Data de Instalação do PJe no Foro Trabalhista de Porto Alegre: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 22.04.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 26ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.

2.1.2 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Andrea Saint Pastous Nocchi	Juíza Titular	Desde 25.06.2012
Lenara Aita Bozzetto	Juíza Substituta lotada	Desde 30.04.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 17.03.2015)



A Juíza Titular **Andrea Saint Pastous Nocchi** está convocada para atuar neste Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional. Já a Juíza Substituta lotada **Lenara Aita Bozzetto** encontra-se em gozo de Licença-maternidade desde o dia 06 deste mês.

A Juíza Substituta **Daniela Meister Pereira** está atuando na Unidade Judiciária até o dia 13.05.2015, em razão da Juíza Substituta encontrar-se em Licença-maternidade.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Andrea Saint Pastous Nocchi	Juíza Titular desde 25.06.2012		
-	Lenara Aita Bozzetto	Juíza Substituta lotada desde 30.04.2012		
1	Gustavo Jaques	07 a 20.01.2014 28.01 a 04.02.2014 17.09 a 02.10.2014 19.01 a 05.02.2015 06 a 21.04.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Auxiliar da Corregedoria Regional	70 dias
		21 a 27.01.2014 05.02 a 09.03.2014 09.04 a 05.05.2014 12.05 a 13.08.2014 13 a 16.09.2014 20.11 a 19.12.2014 06.02 a 05.04.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	255 dias
		07 a 18.01.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	12 dias
2	Bárbara Fagundes	28.01 a 04.02.2014	Atuou em razão do afastamento da Juíza Substituta lotada para prolatar sentenças de seu resíduo	7 dias
3	Jaqueline Maria Menta	31.03 e 01.04.2014 07 e 08.04.2014	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Auxiliar da Corregedoria Regional	4 dias
4	Daniela Meister Pereira	06.04 a 13.05.2015	Atua em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em Licença-maternidade	16 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 17.03.2015 atualizada em 06.04.2015, em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada).



2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e da Juíza Substituta Lotada durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Andrea Saint Pastous Nocchi	Convocação para atuar no TRT como Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional	19.12.2013 a 11.02.2014 24.02 a 05.06.2014 16.06 a 03.08.2014 12.08 a 25.11.2014 01.12.2014 a 06.01.2015 19.01 a 17.02.2015 23.02 a 22.04.2015*	439 dias
		Férias	12 a 23.02.2014 06 a 15.06.2014 04 a 11.08.2014 23 a 30.11.2014 07 a 18.01.2015 18 a 22.02.2015	52 dias
Substituta lotada	Lenara Aita Bozzetto	Férias	07 a 20.01.2014 06 a 15.06.2014 17.09 a 02.10.2014 07.01 a 05.02.2015	70 dias
		Desconvocação para proferir sentenças do seu resíduo	28.01 a 04.2014 31.03 a 01.04.2014 07 e 08.04.2014	12 dias
		Licença-maternidade	06.04 a 02.10.2015	180 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 17.03.2015 e atualizada em 06.04.2015, em razão do afastamento por Licença-maternidade da Juíza Substituta lotada).

* Período total de afastamento: 23.02 a 10.12.2015 (291 dias).

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Rômulo Esmerio de Araújo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	29.06.2012
2	Daiana Eickhoff	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	29.06.2012
*	Luciano Haubert	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	30.04.2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3	Fabiana Lanzini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	28.09.2012
4	José Eduardo Gonçalves Ardenghi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	08.03.2010
5	Fábio Ariotti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	15.12.2014
6	Carolina Porcher Acosta** (Em férias)	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	08.09.2014
7	Tiago da Luz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	26.11.2014
8	Renato Nunes Wolff	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.04.1994
9	Carlos Augusto Griesang	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.10.2006
10	Fabiana Bortoluzzi Berger	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	08.08.2014
11	Ramiro Santana Moreno Lopez	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.09.2014
12	Keli Camera	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.03.2015
13	Maria Aparecida Marocci de Sousa Lima	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.03.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.03.2015)

* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

** A servidora Carolina Porcher Acosta realiza suas atividades à distância, via teletrabalho, desde 06.04.2015 até 05.07.2015.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.532 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas



Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está de acordo com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Carlos Augusto Griesang	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	32	32
Carolina Porcher Acosta (desde 08.09.2014)*	Licença-gestante	67	72
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Daiana Eickhoff	Licença-gestante	23	23
Fabiana Bortoluzzi Berger (desde 08.08.2014)*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	6
	Trabalho nas Eleições	5	
Fabiana Lanzini	Curso ou Evento	2	2
Fábio Ariotti (desde 15.12.2014)*	Prazo para Deslocamento	10	10
José Eduardo Gonçalves Ardenghi	Doença em Pessoa da Família	1	1
Keli Camera (desde 02.03.2015)*	-	-	-
Luciano Haubert	-	-	-
Maria Aparecida Marocci de Sousa Lima (desde 10.03.2015)*	-	-	-
Ramiro Santana Moreno Lopez (desde 23.09.2014)*	-	-	-
Renato Nunes Wolff	Doença em Pessoa da Família	6	7
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Rômulo Esmerio de Araújo	Curso ou Evento	2	2
Tiago da Luz (desde 26.11.2014)*	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.03.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Elizabel Conceição Santos	17.12.2013	17.02.2014	2 meses e 1 dia	Lotação no Gab. Des. Ricardo Gehling – Assistente de Gabinete (FC05)
2	Marilesia Alves de Oliveira	02.04.2007	22.04.2014	7 anos e 21 dias	Lotação na Seção de Protocolo – Auxiliar Especializado (FC01)
3	Claudete Zanfelice	30.08.2010	06.07.2014	3 anos, 10 meses e 7 dias	Lotação na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
4	Rogerson de Medeiros Batista	12.02.2014	03.09.2014	6 meses e 22 dias	Lotação na 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)
5	Laís Campos Duarte	27.09.2013	30.09.2014	1 ano e 4 dias	Lotação no Gab. Des. Juraci Galvão Júnior – Assistente de Gabinete (FC05)
6	Mônica Daronch Costa	07.07.2010	02.11.2014	4 anos, 3 meses e 26 dias	Lotação na 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
7	Diogo Fortes Machado	23.05.2011	14.12.2014	3 anos, 6 meses e 22 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões
8	Camila Lugokenski	14.04.2014	14.12.2014	8 meses e 1 dia	Lotação no Gab. Des. Juraci Galvão Júnior – Assistente de Gabinete (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.03.2015)

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Ada Estefani Duarte de Rezende	Superior em Direito	09.02.2015 a 08.08.2015
2	Antônio Santiago	Superior em Direito	01.10.2013 a 30.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.03.2015)



2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e da Juíza Substituta Lotada durante o Período Correccionado

Juíza		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Andrea Saint Pastous Nocchi	-	-	107,5	107,5
Substituta lotada	Lenara Aita Bozzetto	-	3	51	54

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Carlos Augusto Griesang	-	-	30	30
Carolina Porcher Acosta	10	20	20	50
Daiana Eickhoff	-	28	7	35
Fabiana Bortoluzzi Berger	-	-	435	435
Fabiana Lanzini	-	-	27	27
Fábio Ariotti	-	-	85	85
José Eduardo Gonçalves Ardenghi	-	-	25	25
Keli Camera	-	-	-	-
Luciano Haubert	-	-	-	-
Maria Aparecida Marocci de Sousa Lima	-	-	-	-
Ramiro Santana Moreno Lopez	-	-	-	-
Renato Nunes Wolff	-	-	20	20
Rômulo Esmerio de Araújo*	-	-	12	12
Tiago da Luz	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.



3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.543	2.595	2,04%	2.613	0,69%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	460	508	10,43%	482	-5,12%
Pendentes de finalização na fase de execução***	2.141	2.232	4,25%	2.272	1,79%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	115	136	18,26%	103	-24,26%
Total	5.259	5.471	4,03%	5.470	-0,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

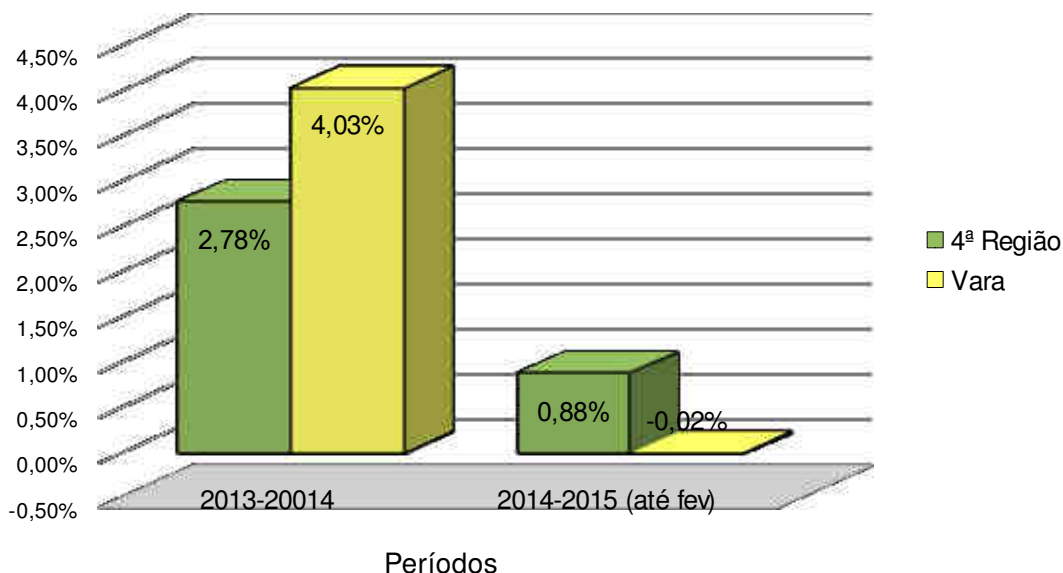
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 4,03% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Todas as fases apresentaram aumento no estoque, sendo que em números absolutos a execução foi a fase que apresentou maior elevação no acervo (acréscimo de 91 processos).

O acréscimo no estoque de processos da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2014 foi superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação.



Varição percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 28.02)	Varição 2014-2015
Casos novos	1.522	1.592	4,60%	217	-86,37%
Sentenças anuladas/reformadas	10	17	70,00%	1	-94,12%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.537	1.337	-13,01%	121	-90,95%
Processos pendentes de solução	986	1.184	20,08%	1.278	7,94%

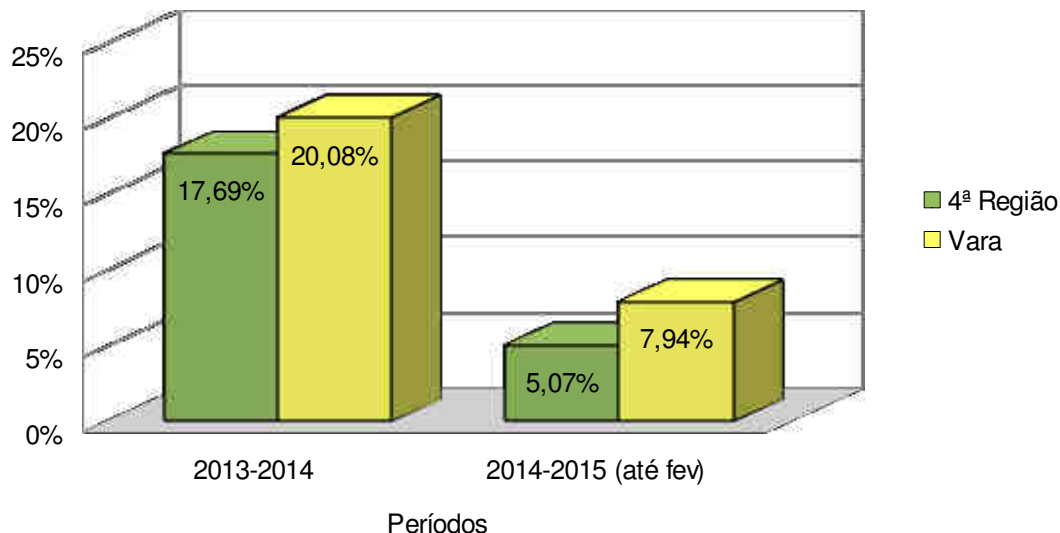
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 20,08% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 986 para 1.184 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 4,60% na média mensal de casos novos (a qual passou de 127,67 processos, em 2013, para 134,08 processos, em 2014), combinado com uma redução de 13,01% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (55,91%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a redução de 25,69% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 28.02)	Varição 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	234	388	65,81%	449	15,72%
Aguardando encerramento da instrução	546	662	21,25%	712	7,55%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	97	53	-45,36%	60	13,21%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	109	81	-25,69%	57	-29,63%
TOTAL	986	1.184	20,08%	1.278	7,94%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 28.02)	Varição 2014-2015
Porto Alegre – 26ª Vara	42,33%	48,48%	14,53%	91,37%	88,48%



Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	87,18%	96,66%
-----------------------------------	--------	--------	-------	--------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 48,48% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 14,53% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,15 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 28.02)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	533	34,68	468	35,00	11	9,09
	Julgado procedente	24	1,56	19	1,42	1	0,83
	Julgado procedente em parte	580	37,74	542	40,54	50	41,32
	Julgado improcedente	160	10,41	80	5,98	13	10,74
	Extinto	0	0,00	3	0,22	1	0,83
	Outras decisões	0	0,00	1	0,07	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	38	2,47	25	1,87	3	2,48
	Arquivamento (art. 844 CLT)	131	8,52	176	13,16	36	29,75
	Desistência	23	1,50	22	1,65	6	4,96
	Outras decisões	48	3,12	1	0,07	0	0,00
TOTAL		1.537	100	1.337	100	121	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Verificou-se uma redução de 200 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 13,01%. Essa queda é ainda superior à média apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

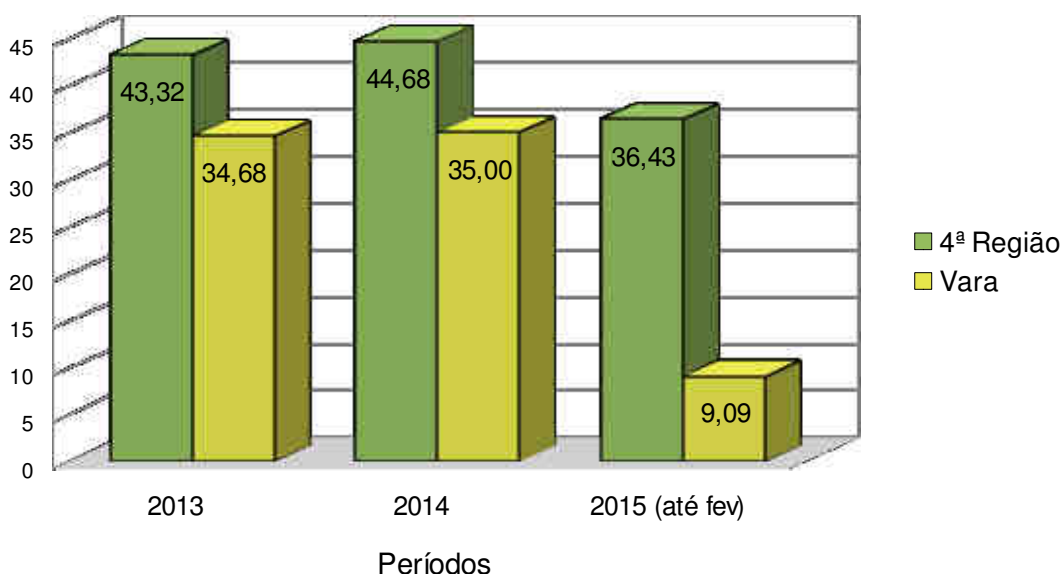
Dentre os tipos de solução, constatou-se uma redução no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 764 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 645 decisões, representando um decréscimo de 15,58%. O desempenho da Unidade nesse



questo também se mostra abaixo da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, por fim, uma relativa estabilidade no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 533, representando 34,68% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 468, correspondendo a 35% - índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 28.02)	Varição 2014-2015
Iniciadas	513	513	0,00%	41	-92,01%
Encerradas	417	459	10,07%	68	-85,19%
Pendentes	448	500	11,61%	474	-5,20%
Arquivo Provisório	4	5	25,00%	5	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 448, em 2013, para 500, em 2014, importando em uma elevação de 11,61%. Esse percentual é superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). Essa elevação se deve ao fato de que o número de liquidações iniciadas na Unidade em 2014



supera em 54 processos o número de liquidações encerradas nesse mesmo período.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 26ª Vara	50,53%	52,24%	3,37%	87,43%	67,37%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	83,81%	89,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 52,24% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 3,37% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 8,08 pontos percentuais superior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	502	518	3,19%	91	-82,43%
	Desarquivadas para prosseguimento	18	602	3244,44%	0	-100,00%
Saídas	Encerradas	490	484	-1,22%	53	-89,05%
	Arquivadas Provisoriamente	50	63	26,00%	0	-100,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	51	30	-41,18%	26	-13,33%
	Demais	1.390	1.430	2,88%	1.471	2,87%
	Total	1.441	1.460	1,32%	1.497	2,53%
Saldo no arquivo Provisório		1.436	878	-38,86%	875	-0,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre subiu de 1.441 para 1.460 processos, o que corresponde a uma elevação de 1,32% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio.

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 3,19% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma queda de 1,22% no número de execuções encerradas na comparação entre esses dois períodos.



3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 26ª Vara	74,99%	75,29%	0,41%	96,58%	28,28%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	95,02%	34,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 75,29% no ano de 2014 – similar à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,48 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 26ª Vara	85,90%	85,74%	-0,19%	97,82%	14,08%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	97,34%	14,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 85,74%, constatando-se uma relativa estabilidade em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, em contrapartida, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser apenas 0,83 ponto percentual maior, o que denota uma efetividade na execução similar à média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	179	250	39,66%	22	-91,20%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	105	126	20,00%	20	-84,13%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.528	1.624	6,28%	1.622	-0,12%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 28.02.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **18 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	0102300-48.2008.5.04.0026
Situação processual: em 05.12.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 24.02.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Histórico BNDT: em 01.02.2012, o executado “Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 02.08.2013, foi inserida a anotação “com garantia do juízo”.	
2	0104000-30.2006.5.04.0026
Situação processual: em 02.10.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 18.11.2014, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos e foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Histórico BNDT: em 12.09.2011, o executado “Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.	
3	0104100-14.2008.5.04.0026
Situação processual: em 28.04.2014, foi publicada decisão homologando o acordo celebrado entre as partes e determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 25.07.2014, foi publicada decisão julgando extinta a execução e determinando o arquivamento dos autos. Em 28.07.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Histórico BNDT: em 12.11.2013, os coexecutados “Herminio Antônio Rodrigues de Azambuja”, “Luiz Carlos da Silva Souza” e “Nair Santana Dias” foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
4	0001116-73.2013.5.04.0026
Situação processual: em 22.09.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 12.11.2014, foi publicado despacho determinando a anotação da extinção da execução, ante a quitação da dívida, e o oportuno arquivamento dos autos. Em 16.12.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Histórico BNDT: em 09.10.2012, a executada “Jomarchi Construções Ltda. - EPP (Em Recuperação Judicial)” foi incluída no BNDT. Em 21.05.2014, foi inserida a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.04.2015)



Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

0107500-90.1995.5.04.0026	0133700-85.2005.5.04.0026	0141600-80.2009.5.04.0026
0018200-63.2008.5.04.0026	0025400-24.2008.5.04.0026	0027300-08.2009.5.04.0026
0032700-37.2008.5.04.0026	0038200-31.2001.5.04.0026	0047300-39.2003.5.04.0026
0000474-08.2010.5.04.0026	0008200-92.1994.5.04.0026	0087500-15.2008.5.04.0026
0093000-67.2005.5.04.0026	0099200-51.2009.5.04.0026	-

Destaca-se que, conforme Orientação desta Corregedoria Regional (encaminhada por correio eletrônico em 17 e 18.11.2014 à todas as unidades judiciárias) em relação ao procedimento de arquivamento definitivo das demandas em que figure no polo passivo empresas na situação de Massa Falida, é devida a exclusão dos dados da parte no BNDT após a expedição da Certidão de Habilitação de Créditos aos respectivos credores, porquanto tal medida é implícita ao arquivamento definitivo dos autos.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 28.02)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	374	384	113	243	287	57	29	46	46
Antecipações de tutela	39	14	24	171	96	78	20	22	75
Impugnações à sentença de liquidação	43	46	36	67	36	60	20	3	76
Embargos à execução	113	130	97	133	95	127	26	8	145
Embargos à arrematação	2	4	3	2	1	2	0	1	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	14	3	16	23	15	24	0	2	22

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 639 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 9,23% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados diminuiu 8,78% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 581 para 530). Por sua vez, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 348 processos, saldo 20,42% maior do que em 31.12.2013 – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (36,49%) dos incidentes ainda pendentes.



Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0001000-72.2010.5.04.0026
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 13.08.2014, de embargos à execução pela segunda reclamada. Em 29.08.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de receber os embargos apresentados, recebendo-os como simples petição, em razão da matéria nela tratada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	0010700-34.1994.5.04.0026
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 28.02.2014, de impugnação à sentença de liquidação pela reclamante. Em 01.08.2014, foi publicado despacho acolhendo a matéria ventilada pela parte autora no referido incidente processual. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
3	0000429-96.2013.5.04.0026
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição de embargos de declaração pelo reclamante, no dia 19.05.2014, e pela reclamada, no dia 20.05.2014. Em 07.07.2014, os autos foram conclusos para julgamento. Em 04.08.2014, foi convertido o julgamento em diligência. Em 28.08.2014, foi efetuado lançamento relativo à oposição de novos embargos de declaração pelo reclamante. Em 17.11.2014, foram efetuados dois lançamentos referentes ao julgamento dos embargos opostos pelo autor (não acolhidos) e pela ré (não acolhidos). Desse modo, segue pendente de solução no sistema informatizado até o presente momento um dos embargos de declaração opostos pela parte autora.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.04.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	84,82	95,34	12,41%	207,11	117,22%
	Ordinário	294,29	279,51	-5,02%	319,94	14,46%
	Total	266,98	258,91	-3,02%	307,19	18,65%

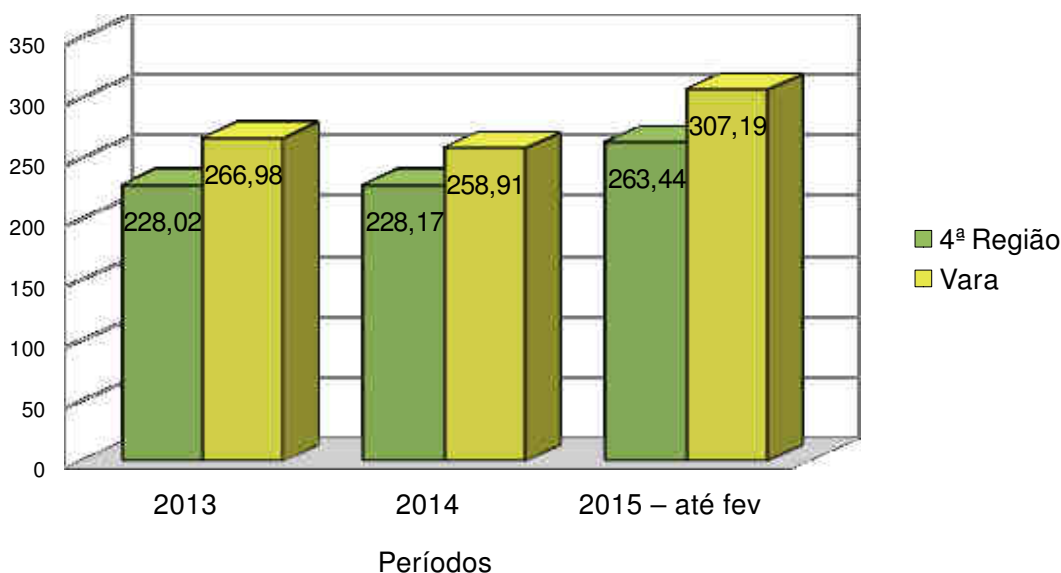
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)



No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma redução de 3,02%, passando de 266,98 para 258,91 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 12,41% em relação à média do ano anterior, passando de 84,82 para 95,34 dias; em contrapartida, o rito ordinário registrou um prazo médio de 279,51 dias, 5,02% mais célere na comparação com 2013.

A despeito dessa queda, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 13,47% mais moroso (30,74 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	170,37	176,52	3,61%	300,00	69,96%
	Ordinário	310,90	267,64	-13,91%	329,32	23,05%
	Total	296,42	261,67	-11,73%	327,55	25,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

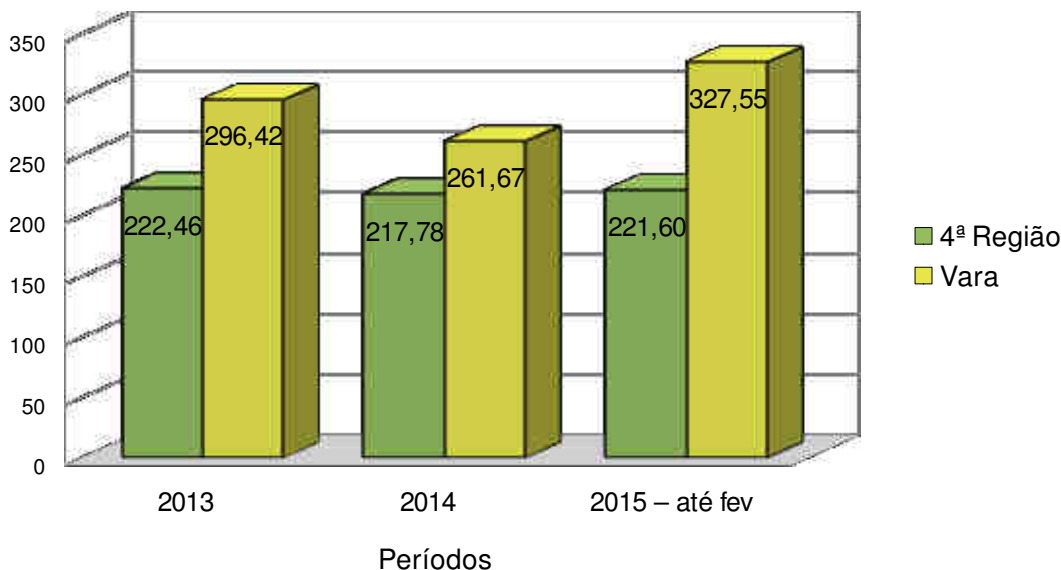
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 176,52 dias, o que equivale a uma elevação de 3,61% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 267,64 dias, 13,91%



mais célere na comparação com 2013.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 20,15% mais moroso (43B,89 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	753,57	760,91	0,97%	893,25	17,39%
	Ente público	1.370,25	1.248,26	-8,90%	790,33	-36,69%
	Total	775,16	787,73	1,62%	886,68	12,56%

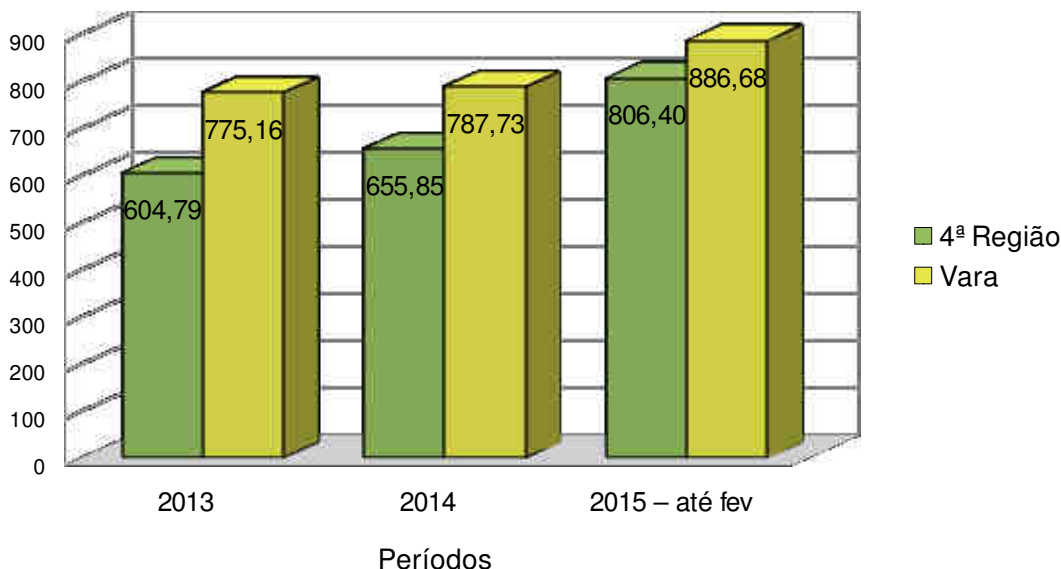
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 760,91 dias, o qual foi 0,97% maior do que o prazo do ano anterior. Em contrapartida, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 1.248,26 dias, 8,90% mais célere do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 20,11% mais moroso (131,88 dias) do que a média regional.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
1 processo	Meta não cumprida

1

Processo nº 0063700-89.2007.5.04.0026

Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, o processo permaneceu suspenso entre 26.02.2009 e 17.03.2015, aguardando a solução do processo que tramita perante a 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre sob o nº 0117500-88.2004.5.04.0009. Após a reabertura da instrução, foi designada audiência de prosseguimento para o dia 07.07.2015.



5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.217	1.215	99,84%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.248	1.245	99,76%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.592	1.337	83,98%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Nº de processos ajuizados em 2011 e já solucionados	%	Resultado
1.369	1.365	99,71%	Meta cumprida
Distribuídos em 2012	Nº de processos ajuizados em 2012 e já solucionados	%	
1.476	1.466	99,32%	

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

senal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.965
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	503
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	447
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	501
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	399
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	2
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	502
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	693
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	20
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	3
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
7,87%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-50,00%	Meta não cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 28.02.2015	Solucionados até 28.02.2015	%	Resultado parcial (até fevereiro)
217	121	55,76%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Distribuídos em 2013	Nº de processos ajuizados em 2013 e já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
1.522	1.412	92,77%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 28.02)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 28.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
91	57	62,64%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta



5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até fevereiro)
0	Meta já cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (28.02.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até fevereiro)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	46	45	45	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º Estado do Rio Grande do Sul	24	25	23	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	30	27	29	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	5	4	
5º União	8	13	7	
6º OI S.A.	26	24	25	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	13	13	12	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	18	21	17	
9º Banco do Brasil S.A.	7	7	6	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	28	27	27	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 28.02)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até fevereiro)
228,17	258,91	307,19	256,32	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 28.02)	Meta para 2015	Resultado parcial (até fevereiro)
Total de acordos	533	468	500,50	11	506	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	44,42	39,00	41,71	5,50	42,17	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	5 (I) 1 (U) 3 (P)	5 (I) 1 (U) 3 (P)	5 (I) 1 (U) 3 (P))	5 (I) 1 (U) 3 (P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(*) **Férias J1 a partir de 22.04.2015**

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 22.04.2015)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	6 (I) 1 a 2 (U) 3 (P)	6 (I) 1 a 2 (U) 3 (P)	6 (I) 1 a 2 (U) 3 (P)	6 (I) 1 a 2 (U) 3 (P)	-



(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 22.04.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	13.07.2015	15.06.2015	13.07.2015	15.06.2015
Una Sumaríssimo	15.06.2015	20.05.2015	15.06.2015	26.05.2015
Instrução	01.12.2015	10.12.2015	01.12.2015	28.09.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 22.04.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	57,42	55,11	-4,04%	109,36	98,45%
	Ordinário	47,79	70,74	48,01%	112,87	59,57%
	Total	49,17	69,10	40,54%	112,51	62,82%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio diminuído de 57,42 dias, em 2013, para 55,11 dias, em 2014 (queda de 4,04%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 47,79 dias, em 2013, para 70,74 dias, em 2014 (aumento de 48,01%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elasticar a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação	TOTAL
Andrea Saint Pastous Nocchi	6	0	0	0	0	6
Bárbara Fagundes	15	10	0	9	0	34
Gustavo Jaques	613	379	1	87	8	1.088
Jaqueline Maria Menta	8	12	0	3	0	23
Lenara Aita Bozzetto	631	369	0	70	1	1.071
(Juiz não informado)	0	1	0	0	0	1
TOTAL	1.273	771	1	169	9	2.223
2015 (até 28.02)						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação	TOTAL
Gustavo Jaques	104	49	0	9	0	162
Lenara Aita Bozzetto	56	18	0	8	0	82
TOTAL	160	67	0	17	0	244

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.03.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Andrea Saint Pastous Nocchi	2	113	1	116	3	119
André Sessim Parisenti	0	1	0	1	0	1
Braulio Affonso Costa	0	1	0	1	0	1
Bárbara Fagundes	5	10	0	15	4	19
Gustavo Jaques	266	236	1	503	110	613
Jaqueline Maria Menta	4	6	0	10	1	11
Lenara Aita Bozzetto	191	269	2	462	106	568



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Luísa Rumi Steinbruch	0	2	0	2	0	2
Átila da Rold Roesler	0	2	0	2	0	2
Valeria Heinicke do Nascimento	0	1	0	1	0	1
TOTAL	468	641	4	1.113	224	1.337

2015 (até 28.02)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Andrea Saint Pastous Nocchi	0	1	0	1	0	1
Gustavo Jaques	4	32	0	36	36	72
Lenara Aita Bozzetto	7	31	1	39	9	48
TOTAL	11	64	1	76	45	121

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.03.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular Andrea Saint Pastous Nocchi
Não constam processos concluídos há mais de 50 dias Convocação - Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional

Juíza substituta lotada Lenara Aita Bozzetto		
Processos Judiciais Eletrônicos*1		
0020256-93.2013.5.04.0026 (Mais antigo. Concluído em 24.10.2014: 5 meses e 29 dias)	0020030-54.2014.5.04.0026	0020200-26.2014.5.04.0026
0020209-85.2014.5.04.0026	0020216-77.2014.5.04.0026	0020222-84.2014.5.04.0026
0020242-75.2014.5.04.0026	0020304-18.2014.5.04.0026	0020311-10.2014.5.04.0026
0020338-90.2014.5.04.0026	0020244-79.2013.5.04.0026	0020108-48.2014.5.04.0026
0020157-89.2014.5.04.0026	0020247-97.2014.5.04.0026	0020255-74.2014.5.04.0026
0020269-58.2014.5.04.0026	0020353-59.2014.5.04.0026	0020381-27.2014.5.04.0026
0020387-34.2014.5.04.0026	0020401-18.2014.5.04.0026	0020409-92.2014.5.04.0026
0020063-44.2014.5.04.0026	0020357-96.2014.5.04.0026	0020360-51.2014.5.04.0026
0020365-73.2014.5.04.0026	0020416-84.2014.5.04.0026	0021469-03.2014.5.04.0026
0020332-83.2014.5.04.0026	0020226-24.2014.5.04.0026	0021399-83.2014.5.04.0026
0020178-65.2014.5.04.0026	0020493-93.2014.5.04.0026	0020550-14.2014.5.04.0026
0020439-30.2014.5.04.0026	0020511-17.2014.5.04.0026	0020520-76.2014.5.04.0026
0020532-90.2014.5.04.0026	0020533-75.2014.5.04.0026	0020567-50.2014.5.04.0026
0020556-21.2014.5.04.0026	0020058-22.2014.5.04.0026	0020565-80.2014.5.04.0026
Processos pendentes de Julgamento de Antecipação de Tutela*2		
0021475-10.2014.5.04.0026	0021670-92.2014.5.04.0026	0021675-83.2014.5.04.0004



Processos de Cognição – Rito Ordinário		
0001054-33.2013.5.04.0026	0001565-02.2011.5.04.0026	0000565-93.2013.5.04.0026
0001193-82.2013.5.04.0026	-	-
Total: 46 processos		

**2 A Portaria nº 1.655 da Corregedoria Regional, de 06.04.2015, designou o Juiz Substituto Gustavo Jaques para proferir decisão nos processos judiciais eletrônicos acima listados, em virtude da licença-maternidade da Juíza Substituta lotada Lenara Aita Bozzetto.*

**2 Nos processos nº 0021475-10.2014.5.04.0026, nº 0021670-92.2014.5.04.0026 e nº 0021675-83.2014.5.04.0004 devem ser corrigidos os andamentos para baixa no Sistema, considerando tratem-se de Antecipações de Tutela já decididas pela Juíza Substituta lotada.*

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

A expedição de notificações, nada data da visita correcional, estava em final de março de 2015 e os ofícios em abril de 2015.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

A expedição de mandados estava em março/2015 e os precatórios e RPV's em fevereiro de 2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Segundo relato do Diretor de Secretaria, os alvarás são expedidos em 48 horas.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

A juntada de petições é efetuada quando da elaboração das minutas de despacho.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional a Unidade estava trabalhando na análise do protocolo de 11 a 13.02.2015 e 06.04.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em final de fevereiro de 2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.



7.8 CONVÊNIOS

Os convênios são utilizados regularmente.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada semanalmente, segundo relato do Diretor de Secretaria.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000970-03.2011.5.04.0026*1	11.04.2014	11 meses e 20 dias
2	0000353-43.2011.5.04.0026*2	12.09.2014	6 meses e 19 dias
3	0001398-48.2012.5.04.0026	10.12.2014	3 meses e 21 dias
4	0027100-89.1995.5.04.0026	16.12.2014	3 meses e 15 dias
5	0015200-21.2009.5.04.0026	19.12.2014	3 meses e 12 dias
6	0001322-24.2012.5.04.0026	26.01.2014	2 meses e 5 dias
7	0048900-76.1995.5.04.0026	26.01.2015	2 meses e 5 dias
8	0000206-51.2010.5.04.0026	30.01.2015	2 meses e 1 dia
9	0000273-79.2011.5.04.0026	03.02.2015	1 mês e 28 dias
10	0012300-02.2008.5.04.0026	09.02.2015	1 mês e 22 dias
11	0000457-98.2012.5.04.0026	09.02.2015	1 mês e 22 dias
12	0042000-28.2005.5.04.0026	09.02.2015	1 mês e 22 dias
13	0013700-51.2008.5.04.0026	12.02.2015	1 mês e 19 dias
14	0033800-71.2001.5.04.0026	12.02.2015	1 mês e 19 dias
15	0001347-71.2011.5.04.0026	18.02.2015	1 mês e 13 dias
16	0116100-37.1994.5.04.0026*2	23.02.2015	1 mês e 8 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.03.2015)

*1 Processo nº 0000970-03.2011.5.04.0026: Foram proferidos despachos, expedidas notificações e mandado de busca e apreensão para devolução dos autos.

*2 Processos nos quais foram expedidas notificações para cobrança dos autos, ainda não devolvidos há mais de 10 dias. O prazo de devolução do processo nº 0000353-43.2011.5.04.0026 (48 horas) está excedido desde 28.11.2014.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
-	0000930-55.2010.5.04.0026*	24.02.2015	-



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.03.2015)

* Em 23.03.2015, houve dilação de prazo ao perito, não excedido há mais de 10 dias.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	026-00033/15	0000436-25.2012.5.04.0026	04.03.2015	27 dias
2	026-00043/15	0001386-34.2012.5.04.0026	04.03.2015	27 dias
3	026-00050/15	0000291-66.2012.5.04.0026	04.03.2015	27 dias
4	026-00745/14	0000977-29.2010.5.04.0026	09.03.2015	22 dias
5	026-00065/15	0000550-95.2011.5.04.0026	19.03.2015	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.03.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 30.03.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **1.077 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000959-37.2012.5.04.0026
Aspectos gerais dos autos*: (liquidação) nos andamentos do Infor, consta a protocolização de petição em 01.10.2014 (PROCURAÇÃO/SUBS pelo reclamante), mas referida petição não foi juntada ao processo; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: o despacho da fl. 329 foi assinado 09 dias após a confecção da minuta; cumprimento do despacho da fl. 329 em 33 dias (notificações das fls. 330-331); a petição da fl. 333 foi apreciada 10 dias após a juntada (despacho fl. 334); cumprimento do despacho da fl. 334 em 30 dias (notificação da fl. 336); os cálculos das fls. 338-346 foram protocolizados em 04.12.2014 e juntados em 27.01.2015; a notificação da fl. 347 foi expedida 57 dias após a juntada dos cálculos das fls. 338-346.	
2	0000231-64.2010.5.04.0026
Aspectos gerais dos autos*: (execução) termos de juntada, no verso das fls. 217 e 239, com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: juntada da petição da fl. 217 em 19 dias (já descontado o período de recesso); cumprimento do despacho da fl. 218 em 25 dias (expedientes das fls. 219 a 224); a petição da fl. 229 foi juntada 26 dias após a protocolização; a petição da fl. 229 foi apreciada 75 dias após a juntada (despacho fl. 230); cumprimento do despacho da fl. 230 em 36 dias (da data da assinatura do despacho até a certidão da fl. 231); cumprimento do despacho da fl. 238 em 57 dias (excluído o período de recesso); as petições das fls. 242-243 e 244-245 foram juntadas, e apreciadas, 35 dias após a devolução dos autos (18.02.2015, conforme fl. 241).	



3	0000739-73.2011.5.04.0026
<p>Aspectos gerais dos autos*: (execução) termo de juntada, no verso da fl. 224 com espaços em branco; certidão da fl. 256 sem assinatura; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p>Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 214 em 27 dias (notificações das fls. 217-218); petição da fl. 215 juntada 21 dias após sua protocolização; petição da fl. 219 juntada 08 dias após sua protocolização; a petição das fls. 228-254 foi apreciada 40 dias após sua protocolização; o terceiro parágrafo do despacho da fl. 255 foi cumprido, parcialmente, 09 dias após sua assinatura; o cumprimento integral ocorreu 44 dias após (notificação da fl. 257); a petição das fls. 259-261 foi apreciada 45 dias após sua juntada.</p>	
4	0000559-23.2012.5.04.0026
<p>Aspectos gerais dos autos*: (execução) não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p>Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 91 expirou em 29.05.2014 e o impulso processual ocorreu em 30.09.2014 (certidão da fl. 91/verso); da certidão lavrada no verso da fl. 91 à notificação da fl. 92 decorreram 51 dias; os cálculos de liquidação das fls. 97-118 foram juntados 10 dias após sua protocolização e apreciados 36 dias após a juntada.</p>	
5	0001101-07.2013.5.04.0026
<p>Aspectos gerais dos autos*: (execução) não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p>Movimentação processual: da certidão da fl. 48-verso à certidão da fl. 49 decorreram 12 dias; cumprimento do despacho da fl. 53 em prazo superior a 120 dias; o prazo da notificação da fl. 54 expirou em 09.02.2015 e o impulso processual ocorreu em 25.03.2015.</p>	
6	0000592-13.2012.5.04.0026
<p>Aspectos gerais dos autos*: (execução) não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p>Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 276 expirou em 19.02.2014 e o impulso processual ocorreu em prazo superior a 180 dias (fl. 277); o cálculo de liquidação das fls. 279-311 foi juntado 17 dias após a protocolização; a petição das fls. 315-316 foi juntada 23 dias após a protocolização (já descontado os prazos de recesso); o despacho da fl. 317 foi cumprido em 59 dias (fls. 318-319).</p>	
7	0001129-43.2011.5.04.0026
<p>Aspectos gerais dos autos*: (execução) termos de juntada no verso da fl. 228, verso da fl. 230 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 255; a empresa que peticiona às fls. 249 e 257 não é parte nestes autos; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p>Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 239 expirou em 14.3.2014 e o impulso processual ocorreu 23 dias após (fl. 241); cumprimento da segunda parte do despacho da fl. 241 em prazo superior a 30 dias (fls. 243-244); o requerimento da fl. 257 foi apreciado 15 dias após a juntada; cumprimento do despacho da fl. 263 em prazo superior a 60 dias; o prazo da notificação da fl. 265 expirou em 03.02.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 25.03.2015.</p>	
8	0030100-53.2002.5.04.0026
<p>Aspectos gerais dos autos: (execução) ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 946; termo de juntada no verso da fl. 951 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p>Movimentação processual: a petição das fls. 947-950 foi juntada em prazo superior a 90</p>	



dias; após a juntada da petição das fls. 947-950, em 23.05.2014, os autos foram movimentados em 04.08.2014 por impulso da parte (retirada dos autos em carga, fl. 951); cumprimento do despacho da fl. 954 em 45 dias; a petição e documentos das fls. 956-961 foi juntada 15 dias após a protocolização; a petição das fls. 964-967 foi protocolizada em 04.12.2014 e juntada em 26.01.2015; da juntada da petição das fls. 964-967 à notificação da fl. 968 decorreram 57 dias.

9

0000623-67.2011.5.04.0026

Aspectos gerais dos autos*: (execução) termo de juntada no verso da fl. 659 com espaços em branco e sem identificação do servidor responsável; termo de juntada no verso da fl. 691 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 715; termo de juntada no verso da fl. 715 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.

Movimentação processual: cumprimento do primeiro item do despacho da fl. 659 em 14 dias; juntada dos cálculos das fls. 663-673 em 37 dias; da juntada dos cálculos das fls. 663-673 à notificação da fl. 674 decorreram 35 dias; a impugnação das fls. 676-690 foi apreciada em 12 dias; a petição e documentos das fls. 716-735 foram apreciados em 15 dias; cumprimento do despacho da fl. 736 em prazo superior a 30 dias; a manifestação das fls. 739-740 foi apreciada 36 dias após a juntada (despacho da fl. 741).

10

0123800-54.2000.5.04.0026

Aspectos gerais dos autos*: (execução) termo de juntada no verso da fl. 1.300 com espaços em branco; termo de juntada no verso da fl. 1.303 com espaços em branco e sem identificação do servidor; termo de juntada no verso da fl. 1.308 sem identificação do servidor; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.

Movimentação processual: juntada da petição das fls. 1.304-1.306 em prazo superior a 90 dias; cumprimento do despacho da fl. 1.307 em prazo superior a 180 dias (notificação da fl. 1.308); petição das fls. 1.311-1.319 em 11 dias e apreciação em 31 dias.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Autos aguardando arquivamento	0113000-30.2001.5.04.0026 (desde 2011)
	0071900-22.2006.5.04.0026
	0116000-91.2008.5.04.0026
	0001372-84.2011.5.04.0026
	0063800-73.2009.5.04.0026
Demora no impulso processual ou registros desatualizados	0000246-96.2011.5.04.0026 (desde 2011)
	0000172-42.2011.5.04.0026 (desde 2011)
	0000222-68.2011.5.04.0026 (desde 2011)
	0000407-09.2011.5.04.0026
	0001095-68.2011.5.04.0026



	0103800-23.2006.5.04.0026
	0001474-09.2011.5.04.0026
	0013100-79.1998.5.04.0026
	0126200-60.2008.5.04.0026
	0111400-18.1994.5.04.0026
	0000859-48.2013.5.04.0026
	0001640-07.2012.5.04.0026
	0001417-54.2012.5.04.0026
	0000929-65.2013.5.04.0026
	0001119-96.2011.5.04.0026
Carta precatória com registros desatualizados ou devolvida à origem sem andamento	0000416-68.2011.5.04.0026 (desde 2011)
	0000092-78.2011.5.04.0026 (desde 2011)
	0000412-65.2010.5.04.0026 (desde 2011)
	0000267-72.2011.5.04.0026 (desde 2011)
	0000766-56.2011.5.04.0026 (desde 2012)

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual, principalmente a partir do segundo semestre de 2014. Essa situação é verificada em todas as fases, resultando em vários processos evidentemente parados, excetuados os que aguardam cumprimento de acordo; julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista; pagamento de precatório; andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria. Citam-se como exemplos os processos listados acima, evidenciando resultado não satisfatório para a Unidade Judiciária no que concerne ao exame da listagem de processos sem movimentação.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 23.09.2013.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 15.04.2015 e 20.04.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	169	20822.08.2014	10.02.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	13	21407.60.2014	18.10.2014
C/petições não apreciadas	-	356	20221.65.2015	09.03.2015
c/habilitações não lidas	-	43	-	22.04.2015
Mandados devolvidos OJ	-	21	-	22.04.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando ciência decisão- ConPra	-	20	20431.53.2014	12.02.2015
Aguardando ciência	-	23	20177.56.2013	26.11.2014
Aguardando cumprimento prov	Por data de vencimento da tarefa - Quinzenal	67	21012.68.2014	Subpasta de 1º a 15.10.2014
Aguardando cumprimento exec.	Por data de vencimento da tarefa – quinzenal- e por assunto	17	05 processos de 1º a 16.03.2015 e 02 na subpasta 'aguarda bacen' (21041.21.2014 e 20123.51.2013 – ambos de 09.03.2015)	09.03.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	22.04.2015
Aguardando término dos prazos	-	82	20607.32.2014 20969.34.2014 Ambos de	01.03.2015



			1º.03.2015	
Apreciar urgentes	-	01	20511.80.2015	17.04.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	07	20382.12.2014	20.11.2014
Prazos vencidos	-	114	20603.92.2014	20.08.2014
Remeter ao 2º grau	-	01	20582.19.2014	17.04.2015
Triagem inicial	-	07	04 processos de 20.04.2015	20.04.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se alguma dificuldade na movimentação dos processos que tramitam no meio eletrônico, a mesma detectada nos processos físicos. Já a organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa é boa, possibilitando fácil visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

Reforçou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu** e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por **três vezes** durante o período correccionado, de 29 a 30.09.2014, de 01 a 03.10.2014 e de 06 a 10.10.2014.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Os dados levantados para o relatório prévio à correição apontaram que os prazos médios de tramitação processual para todas as fases (conhecimento, liquidação e execução) estiveram acima da média regional durante o ano de 2014, ainda que as fases de conhecimento e liquidação tenham apresentado certa diminuição em relação ao ano de 2013. O acervo de processos na fase de conhecimento teve aumento superior à média regional, o que, considerando a tramitação pouco célere, implicou em taxa de congestionamento também superior à média do estado; esse padrão também é verificado nas fases de liquidação e execução. Além disso, o exame dos processos físicos apontou relevantes lapsos na tramitação, sobretudo no que respeita à juntada de petições e elaboração de minutas de despacho do protocolo, certificação de prazo, cumprimento e períodos excessivamente longos em que os processos



restam sem movimentação, inclusive no PJe. Em síntese, observou-se que Unidade permanece com as mesmas dificuldades apontadas no relatório correcional de 2014.

A propósito, verifica-se que a movimentação de pessoal na unidade em 2014 foi muito significativa e não pode ser desconsiderada como um dos fatores que implicou nas dificuldades encontradas na unidade – 06 (seis) dos 13 (treze) servidores lotados na unidade deixaram a vara e tiveram que ser substituídos entre abril e dezembro de 2014.

Diante do contexto, a Corregedora sugeriu ao Diretor de Secretaria o agendamento do Serviço de Apoio Temporário – SAT, o que foi aceito, tendo sido designadas duas semanas para atuação a partir 18 de maio próximo. A Corregedora ponderou ao Diretor de Secretaria que seria aconselhável a utilização do SAT para a recuperação do prazo da unidade e criar-se uma nova realidade de trabalho a ser introjetada por toda a equipe, especialmente considerando os novos integrantes do quadro de pessoal.

Ao final da inspeção, a Corregedora reconheceu o comprometimento de toda a equipe e possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo, contudo, havido manifestação. Exortou os servidores a empenharem-se para a melhoria das condições da unidade, com bom aproveitamento dos resultados a serem obtidos com a atuação do SAT.

A Juíza Substituta Daniela Meister Pereira mostrou-se comprometida e cooperativa durante a inspeção, devendo ser salientado que atuava na unidade há apenas duas semanas em razão do afastamento da Juíza lotada como J2 na Unidade.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.



ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e de 180 dias para encerramento da instrução desde a primeira audiência.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se, a fim de corrigir as distorções estatísticas constatadas, que a Unidade Judiciária:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 29.08.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré, bem como da decisão que extinguiu o referido incidente sem resolução do mérito, no processo nº 0001000-72.2010.5.04.0026;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 01.08.2014, relativos à conclusão para julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte autora, bem como da decisão que acolheu o referido incidente, no processo nº 0010700-34.1994.5.04.0026;

c) verifique o teor dos embargos de declaração opostos pela parte autora no dia 28.08.2014 e, caso se trate de mera reiteração dos embargos opostos anteriormente, efetue a exclusão do andamento informatizado correspondente, lançando, retroativamente à referida data, o andamento “Petição Protocolada – 750 – Outros – Movimentação não nominada”.



Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.1.2. (Meta CNJ 2 - 2010)

Determina-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para que o processo nº 0063700-89.2007.5.04.0026 tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Diretor de Secretaria diligencie no sentido de corrigir os lançamentos dos andamentos nos processos nº 0021475-10.2014.5.04.0026, nº 0021670-92.2014.5.04.0026 e nº 0021675-83.2014.5.04.0004.

ITEM 7.10.1 – ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) quando da juntada de petições e/ou documentos, verifique se foi observada a correta identificação das partes, evitando ocorrências como a apontada no processo nº 0001129-43.2011.5.04.0026;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme



determina o art. 190 do CPC, evitando, ainda, demora na juntada de petições e expedientes como observado nos processos nº 0000959-37.2012.5.04.0026, nº 0000231-64.2010.5.04.0026, nº 0000739-73.2011.5.04.0026 e nº 0000559-23.2012.5.04.0026, analisados no item 8.1;

- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº 0001101-07.2013.5.04.0026, nº 0000592-13.2012.5.04.0026 e nº 0123800-54.2000.5.04.0026;
- e) os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCR, devendo ser evitadas situações como a verificada no processo nº 0000959-37.2012.5.04.0026, analisado no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.077 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo; julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista; pagamento de precatório; andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

a) archive os processos (nº 0113000-30.2001.5.04.0026, nº 0071900-22.2006.5.04.0026, nº 0116000-91.2008.5.04.0026, nº 0001372-84.2011.5.04.0026, nº 0063800-73.2009.5.04.0026);

b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito, aprecie as petições protocoladas ou atualize os registros (processos nº 0000246-96.2011.5.04.0026, nº 0000172-42.2011.5.04.0026, nº 0000222-68.2011.5.04.0026, nº 0000407-09.2011.5.04.0026, nº 0001095-68.2011.5.04.0026, nº 0103800-23.2006.5.04.0026, nº 0001474-09.2011.5.04.0026, nº 0013100-79.1998.5.04.0026, nº 0126200-60.2008.5.04.0026, nº 0111400-18.1994.5.04.0026, nº 0000859-48.2013.5.04.0026, nº 0001640-07.2012.5.04.0026, nº 0001417-54.2012.5.04.0026, nº 0000929-65.2013.5.04.0026, nº 0001119-96.2011.5.04.0026);

c) devolva à origem ou dê andamento às cartas precatórias (processos nº 0000416-68.2011.5.04.0026, nº 0000092-78.2011.5.04.0026, nº 0000412-65.2010.5.04.0026, nº 0000267-72.2011.5.04.0026, nº 0000766-56.2011.5.04.0026).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Substituta, o Diretor e os servidores da Unidade Judiciária, a



Corregedora Regional esteve na Secretaria da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta Daniela Meister Pereira, pelo Diretor de Secretaria Rômulo Esmerio de Araújo e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**